

# Papéis Invertidos

O Senado lançou um jato de água fria sobre o fervor reformista da opinião pública que a Câmara soube captar com fina sensibilidade. A decisão de deixar para depois do recesso de julho a votação das emendas constitucionais contraria a razão política. A opção pelas férias, em prejuízo do interesse nacional, não deixaria bem os senadores depois que os deputados mostraram disposição dinâmica de viabilizar as reformas. As alegações evasivas não estão à altura da importância do Senado e dos defensores das vantagens do sistema bicameral.

A Câmara deixou impressão favorável na opinião pública pela capacidade de mobilização com que marcou presença num momento histórico. O Brasil não será o mesmo, assim que começarem os efeitos das reformas. Quanto mais cedo, melhor. Há muito a reputação dos políticos não conhecia cotação tão alta. A idéia de que o Congresso, quando quer, esbanja eficiência, leva à conclusão de que o desinteresse dos senadores é atitude deliberada. Está faltando sensibilidade política para interpretar corretamente uma situação que tão cedo não se repetirá.

A questão não se esgota na opção entre a convocação extraordinária e o recesso. Deixando a empreitada para agosto, o tempo encurta para os desdobramentos implícitos nas reformas econômicas. Os senadores recusaram a hipótese de alterações regimentais para abreviar o rito formal das reformas constitucionais. Apressando a votação do que a Câmara já aprovou, o Senado abreviaria a regulamentação das reformas. O que não for aprovado este ano ficará sob a incerteza de presenças suficientes, com a previsão de uma centena de parlamentares entre os candidatos a prefeito na eleição municipal de 96.

Para a imagem do Senado, muito mais preserva do que a Câmara no julgamento popular, a intransigência em adiar as férias para aprovar as reformas perde pontos. Tanto mais que a posição da grande maioria dos senadores é politicamente identificada com a necessidade das reformas constitucionais. Por

que adiar uma questão pacífica? Para permitir a agitação radical desastrosa? Se é para valorizar a decisão, não pode demorar mais do que o necessário.

Os senadores são moderadores naturais do apetite dos deputados. Com a mobilização da Câmara, porém, os papéis se invertem e o Senado parece desatento às expectativas políticas e displicente em relação à sua responsabilidade perante a História. A não ser que seja a forma de chamar a atenção e, como nas negociações esportivas, valorizar o passe. O ritmo pausado do Senado não deixa de ser uma técnica de recuperar a atenção política que ficou com a Câmara nesta fase das reformas. A palavra final está com os senadores, cuja posição não encerra qualquer ameaça de modificar o voto favorável às reformas.

Divergência doutrinária ou política no Senado se passa em nível alto. Não é, portanto, o motivo da pouca disposição dos senadores em atirar-se às reformas. Exatamente por ser um clube fechado, o Senado tem condições de avaliar a necessidade de corresponder às expectativas que são preciosos indicadores sociais. Os brasileiros se reconhecem por inteiro nessa transformação que passa a limpo meio século, para eliminar os bolsões de atraso e de privilégios que impediram a nação de chegar mais cedo ao futuro.

A frustração desse estado de confiança política não contribui socialmente para reaproximar eleitos e eleitores, todos de acordo quanto à necessidade e à oportunidade das reformas: o país tem contas a ajustar com o passado de atraso e corporativismo, que nenhum proveito trouxe para a sociedade. Quando foi presidente da República, o próprio senador José Sarney foi o primeiro a dizer que o país seria ingovernável com esta Constituição. Na condição de presidente do Senado, tem a possibilidade de agir como estadista e contribuir decisivamente para uma situação histórica. O Senado não pode perder, por omissão, a oportunidade rara que se abre ao Brasil e à América Latina. Tão cedo ocorrerá outra igual.